

O ENSINO DE HISTÓRIA NOS JORNAIS DA PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA

Carlos Alberto Bertaiolli – UNIPLAC

Agência Financiadora: FAPESC

No contexto do processo de redemocratização do Estado brasileiro no final da década de 80 e início da década de 90 do século XX, reestruturações ocorridas na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina — SED/SC culminaram na elaboração de um Plano de ação, cujo foco residia na reorganização curricular.

É nesse sentido que a SED/SC, no ano de 1989, deu início a composição de grupos de trabalho envolvendo profissionais da rede estadual de educação de todo o Estado, para iniciar os estudos necessários à elaboração de um documento de referência para a educação pública catarinense. Tais estudos culminaram, em um primeiro momento, na elaboração dos “Jornais da Proposta Curricular Catarinense”, sendo que entre o período de 1989 e 1991 foram publicados quatro jornais.

Diante do exposto, este trabalho caracteriza-se enquanto um esforço de pesquisa documental, sendo parte integrante das pesquisas que estão sendo realizadas ao longo do Mestrado Acadêmico em Educação. Centrada nos três primeiros jornais da proposta publicados entre os anos de 1989 e 1990, a problemática consiste em compreender como tais documentos conceberam o ensino de História nas escolas públicas estaduais catarinenses em um contexto nacional de redemocratização — após o fim da ditadura militar (1964-1985) — em que as mudanças operadas ocorreram a nível social, político, econômico e conseqüentemente educacional.

Sendo assim, o primeiro jornal integrante do conjunto de documentos pesquisados — Jornal nº 01 (1989) — apresenta-se enquanto um documento básico para as discussões que estão ocorrendo na SED/SC sobre a reorganização curricular, reiterando ser este trabalho um esforço conjunto dos educadores da rede estadual de ensino, os quais ao elaborar o referido documento não tinham como pretensão elaborar algo pronto e acabado, mas sim iniciar um processo de discussão, com a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo. Também neste documento são expostos os pressupostos filosóficos e metodológicos que embasam toda a discussão que se pretende construir, sendo estes o materialismo histórico e a concepção dialética.

Por ser o primeiro documento publicado nele é estabelecida uma discussão em torno da educação, partindo de uma concepção cujo foco reside no direito de todos os cidadãos ao acesso à mesma enquanto condição para a transformação da sociedade:

A Educação, juntamente com outras forças sociais, compõe um espaço de luta pela hegemonia, numa sociedade que se apresenta dividida em classes antagônicas. Evidencia-se no seu desenvolvimento histórico o embate político: de um lado, as forças sociais conservadoras das desigualdades e, do outro, aqueles que pretendem efetivamente a transformação da sociedade. [...] A educação, portanto, como produto histórico dessa luta de forças, não pode ser vista sem que se leve em conta o movimento que se processa a sociedade como um todo. (JORNAL nº 01: 1989, p.02)

Por desejar a transformação da sociedade essa educação não está pautada na concepção tecnicista, característica na educação brasileira ao longo das décadas de 70 e 80 do século XX no Brasil, mas deve de acordo com o jornal nº 01 (1989), garantir ao indivíduo a constituição de processos de apropriação do conhecimento para “[...] *não só participar da sociedade, mas principalmente, ser atuante e determinante no processo de transformação.*” (Jornal nº 01, 1989, p.04).

É a partir dessa concepção de educação que se efetiva a discussão contida no Jornal nº 01 (1989) acerca do ensino de História na educação pública catarinense, preconizando a adoção de uma concepção que rompa com um ensino de História meramente factual e promova o entendimento da História enquanto um processo dinâmico, contínuo, total e plural, que se efetiva na prática concreta dos seres humanos, pois é dessa forma que o aluno compreenderá “[...] *que ele é sujeito da história, transformador da realidade e não apenas objeto, como faz a concepção tradicional [...]*” (Jornal nº 01, 1989, p. 09).

Fica evidente, pois, a recusa à concepção positivista de história, pois por assumir uma postura factual e pautada supostamente no pressuposto da neutralidade científica, o positivismo caracteriza-se enquanto transmissor fiel dos fatos e assume, portanto, a legitimação da ordem social, da desigualdade social e da concentração de riqueza, legitimando os heróis e a passividade dos sujeitos comuns. Segundo LOWY (2003 p.25)

De fato, o discurso positivista pode (e deve) fazer economia de todo posicionamento ético ou político sobre o estado de coisas existente: “sem admirá-lo”, ele se limita a constatar que este estado é *natural*, necessário, inevitável, e é produto de “leis invariáveis”.

Por preconizar a transformação da sociedade, a crítica à concepção positivista iniciada no jornal nº 01 é aprofundada no segundo jornal da proposta. Este documento enfatiza a necessidade de superação desta concepção de História enquanto estudo “[...] *do passado, de fatos e datas comemorativas [...]*” (JORNAL nº 02, p.11) cujo objetivo reside

unicamente em desenvolver “[...] o culto da memória nacional com seus mitos e maniqueísmos de vilões e heróis.” (JORNAL nº 02, p.11), demandando um professor transmissor de conhecimento e um aluno espectador deste. O ponto de partida do ensino de História deve ser a realidade social dos sujeitos, de forma que a partir desta estes possam estruturar o conhecimento histórico, elaborando conceitos e percebendo-se enquanto sujeitos da história. Isso denota a concepção de história adotada, ou seja, uma concepção baseada no materialismo histórico e na dialética.

Compreendendo o homem enquanto “[...] produto de um processo constante de contradições e transformação sobre as próprias contradições, e a educação como inerente à sociedade [...]” (Jornal nº 03, 1990, p.02) parte-se do princípio que a transformação da sociedade se efetiva à medida que a educação propicia aos os sujeitos a apropriação da lógica da estruturação do conhecimento de forma articulada ao contexto histórico em que foi produzido.

A definição dessa concepção deve-se ao entendimento de que a construção do conhecimento científico não está separada da história geral (LOWY: 2003), e por isso o conhecimento, enquanto um modo de apropriação do mundo pelo homem está associado à intencionalidade com que essa apropriação ocorre (KOSIK: 2003), devendo a proposta, portanto, partir da realidade social dos sujeitos envolvidos no processo educacional e da concepção do materialismo histórico e da dialética para o alcance do seu objetivo, ou seja, a transformação social.

Estas discussões também estão presentes no jornal nº 03, o qual reitera a necessidade de uma concepção de história, cujo objeto seja a sociedade humana no tempo, na perspectiva de uma História-Problema, por meio da qual seja possível o desenvolvimento de noções de Tempo, Espaço, Produção de Necessidades e Transformação, com a adoção de métodos que priorizem o trânsito nos diversos campos da ciência, de forma articulada à realidade social, para que de fato possa ser promovido um ensino de história que se oponha à concepção tradicional na medida em que busca uma História “[...] na qual assumem papel de destaque o homem comum, o trabalhador anônimo, as estruturas econômicas e sociais, a vida cotidiana.” (Jornal nº 03, 1990, p. 15).

Neste terceiro documento estão contidos os objetos de estudo dos níveis fundamental e médio, bem como os respectivos temas e métodos de acordo com cada nível, os quais devem ser trabalhados na perspectiva da dialética e da totalidade, sendo estas compreendidas, respectivamente, enquanto uma concepção do “[...] real como um todo estruturado que se

desenvolve e se cria [...]” (KOSIK: 1976, p.51) e enquanto um todo estruturado e dialético em que os fatos podem ser compreendidos racionalmente (KOSIK: 1976).

Diante do exposto acerca dos três documentos analisados, podemos perceber que o ensino de História neles preconizado deve adotar uma postura de criticidade na busca da construção do entendimento das permanências e rupturas, da posição dos homens no contexto social, do seu potencial transformador na sociedade, o que só é possível à medida que o ensino não fica restrito à acumulação de informações, mas amplia seu foco de atuação ao problematiza-las e contextualizá-las em relação às diversas temporalidades e espaços a partir do presente.

A concepção de história adotada tem por objetivo a promoção de uma educação em que os seres nela envolvidos construam o entendimento de si enquanto sujeitos históricos, condição necessária para a efetiva transformação da sociedade, uma vez que isso só é possível à medida que os sujeitos tornem-se conscientes de que esta é produzida por eles mesmos (KOSIK, 1976).

Se considerarmos que tais documentos emergiram no contexto do final da década de 80 e início da década de 90 do século XX percebemos o que significa essa proposta no contexto de redemocratização do país e abertura do mesmo a outro modelo de desenvolvimento, o capitalismo neoliberal, no qual a educação no país acaba ficando “[...] *em consonância com as políticas e estratégias do Banco Mundial [...] SILVA, 2002, p. 15*). Isso significa que a educação no neoliberalismo tem como objetivo geral a promoção do desenvolvimento econômico, sem necessariamente ater-se à articulação entre formação humana e técnica enquanto condição para a promoção de um processo de geração de riqueza para o bem coletivo à medida que promove a distribuição igualitária de riquezas e o fim da desigualdade social.

Neste contexto, a reforma curricular almejada pela SED/SC que se efetivou, inicialmente, nos jornais da proposta curricular deseja romper com o a educação tecnicista das décadas anteriores e, ao mesmo tempo, não promover uma educação atrelada ao modelo neoliberal. O empenho reside, justamente, na promoção de uma educação enquanto processo de transformação social em prol da coletividade, na qual o ensino de história supera a concepção tradicional, pautando-se no materialismo histórico e na conduta dialética a fim de proporcionar, juntamente com as demais áreas do saber, a superação da passividade diante dos processos nos quais os seres humanos estão inseridos como sujeitos históricos e, portanto, responsáveis pelos mesmos.

Essa concepção de educação e de ensino de história tem por objetivo possibilitar a efetivação dos objetivos da SED/SC com a reorganização curricular, uma vez que busca promover a efetivação de uma educação para a “*práxis revolucionária*”, à medida que o sujeito compreende-se enquanto produto e produtor da realidade e, portanto, agente de transformação (KOSIK, 1976), condição *sine qua non* para a transformação social.

REFERÊNCIAS

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2ª ed; São Paulo: Paz e Terra:2011

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8ª Ed; São Paulo: Cortez, 2003.

SANTA CATARINA; Secretaria de Estado da Educação. *Jornal da Proposta Curricular Catarinense – nº 01*. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina: 1989

SANTA CATARINA; Secretaria de Estado da Educação. *Jornal da Proposta Curricular Catarinense – nº 02*. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina: 1989.

SANTA CATARINA; Secretaria de Estado da Educação. *Jornal da Proposta Curricular Catarinense – nº 03*. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina: 1990.

SILVA, Maria Abadia da. *Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial* Campinas, SP: FAPESP, 2002